

LOCALISMOS, CAPITAL E ESTADO NO BRASIL *

Paulo Edgar A. Resende
Depto. Política — PUC. S.P.

Diante da trama nacional, algumas hipóteses se levantam para o analista: ou os fios estão indiscernivelmente imbricados, obstaculizando as mínimas certezas; ou se bipartem na textura dos dois brasis; ou se perfilam de modo rígido em torno de um eixo central, já que tudo é capital no capitalismo, ainda que de modo subsumido. As duas primeiras posturas nos parecem já cabalmente criticadas. Preocupa-nos a rigidez monista da última, podendo levar à afirmação de realidade sem mancha de contingência, isenta da resistência do real. Por esta trilha, exorcizam-se características locais, regionais em nome de uma totalização, que homogeniza o território e destematiza as diferenças.

A sociedade brasileira não é inteligível em seu movimento histórico se não estiver estabelecida no marco da longa duração e do grande espaço. E a história do Brasil começa antes de seu descobrimento, mais concretamente, no final do século 14, no preciso momento em que Portugal realiza a “primeira revolução burguesa à escala de uma nação” na afirmação taxativa de *Joaquim Barradas de Carvalho* (1). Ao realizarmos este caminho para trás, verificamos que, de um lado, não pode ser evitada a “fortuna”, que, do exterior, se impõe a este território. De outro lado, a intensificação da “*virtù*”, interior levou, no mínimo, a redefinições num processo de transbordamento do modelo, de amolecimento das linhas duras do pré-determinado, com agenciamento de perfil com traços mais flexíveis que atravessassem o traço fundamental. A necessidade internacionalizante se articula com a realização de potencialidades históricas em âmbito nacional.

O terceiro traço do desejo — digamos democrático, para não radicalizá-lo na acracia — projetado para o futuro, seria a grande ausência a ser anotada, não fôssemos alertados de que o desejo afirma sempre alguma coisa, sobretudo produz, a seu modo. E o desejo democrático deixou marcas na história brasileira, sem que jamais, no entanto, se consolidasse em vontade histórica,

* Trabalho apresentado na 37ª reunião da S.P.B.C., no Simpósio ‘Política e Identidade’ promovido pela Ass. Bras. de Psicol. Social.

expressa de modo convincente em práticas econômicas, sociais, políticas ou culturais, capazes de garantir à população, enquanto povo, o controle democrático do Estado. Restam as marcas na pele, tatuagens democráticas, que adornam praças por ocasião de irregulares campanhas eleitorais, por iniciativa de cooperativas eleitorais ou de partidos políticos em formação.

Resta que, este encontro triste do território habitado com a civilização, sob o estatuto inicial de colônia, transforma-se no encontro menos drástico com a nação, de cuja geografia falaremos alguma coisa, de modo articulado com sua história econômica e política.

Colônia-que-deu-certo, como todas as demais ao sul do Equador, não se pode explorá-la sem desenvolvê-la. É dentro desta dinâmica que vai emergindo a nação. Ao invés da nação plana, a nação oblíqua, feita da simultaneidade de dimensões diferenciadas e entrelaçadas, em estado de alta tensão. Detemo-nos na face que se sujeita a controle racional, na tentativa de esboçar a cartografia de suas diferenças. A perspectiva teórico-metodológica é de problematização de concepções lineares, cumulativas, funcionalistas de vários tipos. Não desconhecemos, no entanto, as dificuldades da grande explicação pela racionalidade. A outra face, toda feita de instinto, de estranhos apetites mostra que a razão dos fatos não opera como mecanismo de repetição, capaz de ser reproduzido numa lógica constante. A sentimentalização das relações de poder é marca saliente da vida social no Brasil, a forma da política efetivar-se pela integração tensa, porque híbrida, do poder privatizado e de formas desenvolvidas de representação.

No debate sobre a qualidade do conhecimento mais adequado para a interpretação da realidade brasileira, poderiam ser levantadas variações da idéia do que vem a ser Brasil e sua prática em diferentes níveis. Retomando endereços básicos, em outras ocasiões, chegamos a propor e repropor alguns marcos, ao falar em Teorias do Desenvolvimento e Teorias do Capitalismo.

Nosso objetivo aqui é apenas levantar as derivas regionais em que se esparrama, de modo complexo, o processo de constituição da sociedade e do estado no Brasil a partir de rápido toque crítico inicial, como forma de esclarecimento, sem entrarmos em polêmica direta com este ou aquele autor, que aqui e agora não se justifica, o que nos levaria aos meandros em que seus trabalhos se desdobram. Operamos simplificações para a criação de contrastes, que possam servir na caracterização de tendências básicas.

I. A Economia - Considerações em torno da Idéia de Capitalismo Selvagem

I.1. A idéia de capitalismo selvagem ou degradado parece sugerir, inicialmente, a existência de *habitat* transoceânico para o capitalismo, cuja forma é enfraquecida na matéria brasileira, uma matéria indisciplinada, enlouquecida, indomável.

A matriz se encontraria no Norte transcendente. Ao sul do Equador se imporia a alternativa mimética: a boa cópia ou a má cópia.

A *boa cópia*, ou a cópia ícone é a que resulta de relação de profundidade com o modelo: é imagem dotada de semelhança. A Matriz teria de ser contemplada para o Brasil dar certo. O próprio conhecimento da realidade brasileira pressuporia, enquanto condição prévia, o contato noético com a bela alma da

teoria formulada alhures, chamada, em parte, a perder seu caráter de abstração de processos originais. É a *orientação pelo alto*, enquanto aposta nas potencialidades históricas do Brasil, icônico, cópia fiel. Este corpo moreno padeceria de eventuais ausências da alma branca.

Em tal perspectiva, elementos colhidos, a partir da observação de países capitalistas de desenvolvimento inicial, são ordenados e formalizados em modelo de universal vigência e transformados em requisitos básicos. Opera-se, analiticamente, com a categoria de desenvolvimento, construída por meio de indicadores estáticos, congelados em linguagem matemática, como se fossem partículas elementares. Chega-se então a traçar o modelo sem alternativa, a ser seguido. O uso racional dos fatores, o que deve ser tecnicamente determinado, é caminho a ser trilhado. Os países avançariam linearmente, cumulativamente, pela adição de traços modernizadores (2).

A *má cópia* ou a cópia-simulacro está em relação de superfície com o modelo. É imagem sem semelhança. O simulacro realiza certo tipo de fuga do modelo na busca da diferença.

No final da linha, é divisível, em tal caso, a quebra da continuidade, através de um tipo de orientação em profundidade.

Algumas fugas do modelo linear foram propostas na América Latina e no Brasil, sem muito êxito, decorrência provavelmente do voluntarismo que as permeava. Dentre as mais sóbrias, mas não menos fracassada, a fuga *cepalina* no capitalismo latino-americano, que teria na *ALALC* seu ponto de partida e no *Mercado Comum Latino-Americano* sua afirmação plena.

Descartado o “socialismo desenvolvimentista” do tipo chinês como fuga do modelo, *Hélio Jaguaribe* (3) conclui que tampouco a “via separada” de desenvolvimento se compatibiliza com economias de mercado de países periféricos. Impõe-se a “via integracionista” como forma de libertação “das servitudes, do complexo de dependência-tecnologia”. Os que trabalham com a categoria de dependência como eixo central de análise da realidade latino-americano e brasileira, não importa a vertente a que se filiam, deixam a sensação de não levar em conta a progressividade do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado pela exterioridade. A aposta inicial na rígida divisão internacional do trabalho levou às mais esdrúxulas conclusões, a ponto de, *in extremis*, chegar-se a falar de “nações proletárias” (4). Esta posição caricaturesca é mitigada, mas não corrigida em seu cerne. Toma-se recorrente a afirmação de relação de soma zero entre países capitalistas de desenvolvimento inicial e os de desenvolvimento precoce, como o Brasil. Por outro lado, dá-se a possibilidade de, feita a crítica à teoria da dependência, reproduzir-se internamente, o que se acaba de criticar em âmbito internacional. Queremos enfatizar, com tais reservas, que, afirmar a progressividade do desenvolvimento capitalista, implica assumir a contradição profunda, por baixo da integração de superfície do velho no novo. Funções como “Brasil-fornecedor-primário” ou “Nordeste-fornecedor-de-mão-de-obra-barata” não se hipostasiam em suposta estrutura dependente. O *boom* industrial brasileiro ficou sem explicação satisfatória pela teoria da dependência, mesmo a mitigada, exatamente pelo fato de se ter despojado de sentido o dado de interioridade e progressividade do

capitalismo no Brasil. Não poucas vezes, de fato, o alvo deixou de ser o dado, para ser o discurso crítico. A partir daí, a crítica se ancorou, de modo inadequado, no simples desejo nacionalista.

I.2. Na crítica do dualismo funcionalista, evita-se o dualismo ao se propor o monismo, só que, a contragosto, a troca da permanência nas vizinhanças do funcionalismo apenas reciclado. As diferenças ficam sem conceito. *Luis Alfredo Galvão (5)* tem estado atento contra tais deslizos. Com o autor, afirmamos o *pluralismo estrutural* de uma economia brasileira assaz complexa, movendo-se na tensão da não coincidência, geradora da diferenciação, em que formas capitalistas entram em contradição com as pré-capitalistas. De maneira voraz, todo trabalho social é, tendencialmente, chamado a transformar-se em trabalho assalariado. Subjetividades poderiam tentar o contrário. Objetivamente, a história nos revela que tais veleidades não são parte dela, embora possam tomar parte nela, de modo muito secundário ou conjuntural.

As diferenças econômicas regionais, o arranjo econômico entre as regiões, no interior da economia nacional, em dada conjuntura, devem ser situados dentro da mesma perspectiva histórica, tendencialmente devoradora das diferenças neste nível. A proclamada integração de regiões menos desenvolvidas a polos industriais, enquanto fornecedoras de força de trabalho barata, etc, não resiste e não define o estilo do desenvolvimento capitalista senão de modo conjuntural, não estrutural.

I.3. Por último, nesta primeira etapa de nossa exposição, a complexidade da estrutura econômica é acrescida pelo fato de não apenas registrar-se a transição do pré-capitalismo ao capitalismo, como a passagem do capitalismo ao estatismo. *Luis Alfredo Galvão (6)*, inspirado em *Preobrajenski*, encaminha a debate tal hipótese de explicação para o aumento de volume do estado brasileiro, fato de fácil verificação, mas de difícil compreensão. A industrialização brasileira pressupõe um bloco de empresas estatais em setores como energia elétrica, mineração, siderurgia pesada, transporte, telecomunicações. Se o Estado tinha intenções de realizar a acumulação capitalista prévia, observa *Galvão*, o resultado objetivo foi a *acumulação estatal primitiva*. A rigor, este movimento, que muda a própria qualidade do Estado, não constitui novidade isolada, sobretudo após a crise de 1929. Casos semelhantes de presença de empresas públicas na infraestrutura e indústria de base se registram, por exemplo, na Itália e Alemanha de um lado, e na Inglaterra e França de outro, estes dois países com consolidada tradição liberal anterior, que tanto valorizou o *laissez-faire*. No caso do Brasil, a presença estatal se dá na medida em que se registra a carência patrimonial do capital privado para investimentos de grande vulto e de retorno mais lento.

O conhecimento da realidade brasileira atual se realiza, em grande parte, neste duplo compasso.

É de pouca valia, do ponto de vista analítico, persistir, sincronicamente, na afirmação da divisão internacional ou nacional do trabalho.

II. O Estado: o Centro e a Hierárquica Federação dos Núcleos Estatais Regionais

A afirmação do pluralismo estrutural nos oferece a referência de base para a tematização do Estado no Brasil, sob a exigência de redobrada atenção

com relação ao variado repertório de especificidades regionais, em que as cadências político-institucionais são variadas. Com andamentos rítmicos distintos e nuances sugestivas para o analista, a história política deste país registra um estado multifacetado, capaz de, em ritmo sincopado, abrigar desde o mandonismo local até formas desenvolvidas de representação. O coronelismo, classicamente trabalhado por *Victor Nunes Leal* (7), expressa a direção do processo de expropriação gradual, mas irreversível, do poder privatizado: fazemos menção ao compromisso do poder público, que se vai fortalecendo, com a decadente, mas ainda decisiva, influência social dos chefes locais, notadamente dos “senhores” da terra. No pós ‘64, a ordem política será remontada de forma a levar à reorganização estatal, que, de forma complexa, ostentará em seus tentáculos anéis que fecham com interesses ligados à expansão do capitalismo e à expansão do estado, em aliança assaz contraditória que, no entanto, durante prazo de difícil demarcação, subsistirá, porque dará parcialmente certo (8).

Diante do que dissemos anteriormente, na primeira parte deste trabalho, duas posturas parecem de pouca valia para compreender a qualidade do estado no Brasil: de um lado as rotas lineares, impostas por miragens generalizantes, de outro as rotas atomizantes, desarvoradas diante da empiria local. No primeiro caso, estamos diante da universalidade vazia, incapaz de percorrer o curso acidentado e diferenciado do processo de construção do Estado do Brasil. Este tipo de totalização reduz atributos e desconversa diante das diferenças e contingências. Do ângulo oposto, a foto do Brasil estruturalmente plural, ao ser ampliada para mostrar detalhes, granula-se como se a realidade se fragmentasse. O que criticamos, neste caso, é a operação por decomposição. Na viagem de ida chega-se a entidades elementares locais e regionais. Na viagem de retorno reconstrói-se a realidade brasileira como simples soma. Com estas considerações preliminares, destacamos algumas situações:

II.1. “Quanto às municipalidades, não as temos dignas desse nome”

Os segmentos deste imenso território, incorporados pela corte portuguesa, estiveram sujeitos a um tipo de administração colonial, que dificultou a formação de vínculos internos significativos, de tal forma que as divisões administrativas do território colocavam cada segmento diretamente subordinado à Metrópole. Temos consciência de que tal política não corresponde a simples ganância da corte, mas, sobretudo, a condições objetivas. O que nos interessa aqui são as conseqüências resultantes disto, apontadas adequadamente por *Raymundo Faoro*: esta dissociação dos fragmentos obstaculiza ou melhor, não estimula a formação de sentimento nacional, na medida em que a propriedade territorial “não formou, espontaneamente, o ideal de uma pátria americana, una e grande. Sua ideologia, quando ela começou a predominar pela riqueza, era apenas, autonomista, quiçá, separatista. (. . .) *A Inconfidência* dá clara idéia do estado de espírito (. . .) Seu obscuro ideário republicano cogitava fazer da capitania de Minas uma nação, sem que se houvesse preocupado com o resto do Brasil”. Nas cortes de Lisboa, *Feijó*, não vê mandatários do Brasil: “os americanos neste recinto representam exclusivamente as províncias que os elegeram”. E, de modo irrepreensível, conclui *Faoro*: “Os funcionários metropolitanos, mais que a população brasileira, formavam do Brasil o conceito de uma

unidade. Foi a mudança da Corte, e sua conseqüência política, a elevação do Brasil a Reino, que preparou o sentimento nacional” (9).

Mas a fragmentação interna não desaparece com simples decisão política: entre o projeto unificador e as condições objetivas há descompasso, que ocasiona peculiar descentralização. A ordem emanada do centro, no longo trajeto que percorre até aos homens do interior se rarefaz, dada a ausência de recursos estatais suficientes, e não fica imune a contaminações privatistas: os grandes proprietários, normalmente eles, cobrarão o preço da mediação que exercem. A privatização não conduz, no entanto, à ordem feudal. *Antônio Octávio Cintra* (10) vê aí um “Império Burocrático tradicional enfrentando-se com tendências centrífugas, pela impossibilidade — técnica, econômica, militar e política — de fazer sua presença sentida em todos os pontos do território, crescentemente incorporado aos seus domínios através das ações privadas, compatibilizadas, com os projetos imperiais de expansão.” A conquista e ocupação do território são de iniciativa privada. Nas pegadas de *Oliveira Viana*, (11) *Nestor Duarte* (12) anota dificuldades de territorialização do estado, levando-se em conta o vulto continental da empreitada. Registra-se acentuada disparidade entre a área de expansão social e a área de eficiência política.

Esta descentralização não se institucionaliza, no entanto, na medida em que a lógica institucional da centralização preserva não apenas a unidade nacional, que é de conveniência interna e externa, como, de modo palpável, mantém a mesma política com relação à escravidão em todo o território nacional.

Neste sentido, as localidades carecem legalmente de autonomia, sejam municípios ou províncias. A fraqueza dos municípios é veementemente denunciada pelo *Visconde do Uruguay*:

“Quanto às municipalidades, não as temos dignas desse nome. . . As Câmaras Municipais são meras pupilas. . . Não temos nas províncias verdadeiras municipalidades. . . Tem-se medo das Câmaras Municipais? . . . Não são as municipalidades a primeira, a menos perigosa escola de liberdade? . . . O poder chamado municipal não é poder entre nós” (13).

Exatamente, por ser escola de liberdade é que aí a atividade política é tolhida: isto é bom para o Centro e para o mandão, cuja força está em relação direta com a fraqueza do município. No nível da província, o *Visconde do Uruguay* anotou a preocupação de *D. Pedro I* com a difusão das idéias da federação nos anos 1830 e 1831. *D. Pedro I*, dirigindo-se à província de *Minas Gerais* em 22 de fevereiro de 1831, expediu proclamação em que dizia:

“Não vos deixeis iludir por doutrinas que tanto têm de sedutoras, quanto de perniciosas. Elas só podem concorrer para a vossa perdição, e do Brasil; e nunca para vossa felicidade e da pátria. Ajudai-nos a sustentar a Constituição”. Em 1832, a minoria da Câmara dos deputados e a maioria do Senado fazem cair o parágrafo do projeto da Câmara em que se diz: “O Governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa” (14).

Em suma, estas vicissitudes demonstram que a figuração inicial da ordem imperial sofre de indiscutível desfiguração local, em sua implementação.

II.2. República Federativa ou a institucionalização do poder próximo

A expansão da Economia. Cafeeira, chamada a não se esgotar nas fazendas de café; sua demanda de força de trabalho livre para a modernização da produção; a caminhada para o fim da escravidão são dados cruciais que elencamos para a interpretação do esgotamento da Ordem Imperial. 1889 tem merecido diferentes tipos de interpretação: *putsch* militar, artificialismo formal de bachareis e até revolução burguesa. Enfim, a “*Journée des dupes*” de que fala *Paulo Prado* (15).

Fazemos dupla afirmação: a erosão institucional do império não é suscitada por nenhum tipo de revolução burguesa, se vale o que dissemos antes sobre a genealogia do Brasil. Estamos definitivamente dispensados de tal tarefa, mesmo que redefinida, mitigada, assumida de modo simplesmente analógico, desde o descobrimento, que, enquanto *Expansão*, é resultado de uma.

Em segundo lugar, o fim da escravidão é o fim do império. É a imploração da simetria do edifício imperial. O artificialismo da engenharia institucional existiria, a nosso ver, caso se operasse a dissociação de ordem imperial e ordem escravocrata. Quanto à consistência jurídica e institucional do *poder moderador*, ressalte-se nele o compromisso híbrido, de demarcação pouco clara, como se fora poder distinto dos três poderes clássicos, chamado ao exercício de função articuladora e estabilizadora. E foi eficaz, indiscutivelmente, nesta função até quando durou a escravidão, após o que se transmuda em matriz visando, sobretudo, à legitimação da intervenção militar na política, brasileira (16).

Em consequência, a adoção de novo padrão institucional nos moldes da federação se justifica, desde que colocadas nuances neste processo de institucionalização, visto dinamicamente, de modo diferenciado. Duas situações limites nos parecem desvelar este movimento de construção da ordem pública republicano-federativa. A variação de um extremo a outro vai da quase desestatização, ou melhor não estatização no jogo de meio tom dos localismos, até ao foco claro de cores precisas da vertente estatal paulista.

Situação 1. Núcleo Estatal Moderno. Para a burguesia do café a federação torna plausível a constituição de núcleo estatal moderno, reclamado pela sua prática evoluída de mercado. Trata-se de *institucionalizar o poder próximo*, que administre a montagem da infra-estrutura de que a região carece. Em São Paulo, anuncia-se dupla superação: do mandonismo local e do fenômeno coronelístico. Em nível local é avançado o processo de desprivatização do poder, e o modelo intensificado e nuclear de estado, que se estabelece na região, desveste-se de grande parte dos traços patrimonialísticos encontrados em outras regiões, de modo quase antecipatório do que ocorrerá mais amplamente depois de '30. A fração estatal paulista expressa, representativamente, os interesses dos cafeicultores, articulados de modo solidário. O fato de a propriedade estar consolidada, faz com que os cafeicultores sejam sobretudo produtores, e a disputa entre eles se dar, prioritariamente, em torno do índice de produtividade e não da propriedade. No nível político-institucional demandam eficazmente padrões de desempenho estatal que balisem suas empresas agroindustriais. Construída em

base tão sólida a solidariedade cafeeira, as demandas canalizadas serão processadas pelo estado através de cálculo racional, que resulta na emissão da política de valorização do café. O grau elevado de compartilhamento de interesses determina, quase instrumentalmente, o processo de modernização institucional. Registra-se então em São Paulo grau elevado de governo com volume de poder público sem par no Brasil daquele momento. Na hierarquia da federação, o lugar de destaque lhe pertence. Esta dianteira econômica e política não nos parece consolidar-se, no entanto, em pura e simples hegemonia. Apenas traços com esta qualidade são esboçados e expressos na convicção governamental de que o que é bom para o café é bom para o Brasil, sobretudo no momento de alta realização de valor no mercado internacional. A hegemonia não se verifica pelo fato desta convicção governamental não passar tranquilamente para o nível da sociedade como um todo.

Situação 2. Núcleos estatais com traços patrimonialísticos. Nas regiões menos desenvolvidas, a federação se justifica, uma vez abolida a escravidão, o que, pouco a pouco, leva os mandões locais a se ligar “oligarquicamente”, segundo a expressão da historiografia tradicional, num processo de politização regional, precário, é verdade, mas em movimento que se impõe em nome da própria sobrevivência econômico-política. A exacerbação dos localismos na 1ª República apenas na aparência surpreende. É o canto de cisne do mandonismo local, na transição, às vezes lenta, mas objetiva, irreversível, para nova situação de mando constelado, ou seja o coronelismo. E tudo se passa como se não houvesse mudança profunda. A autonomia dos núcleos estatais regionais, associada a desenvolvimento econômico incipiente, exacerba os localismos e força sua superação da seguinte forma: o poder local, para afirmar-se, lança mão, em proporção crescente, dos recursos que o Estado coloca à sua disposição. Ao fazê-lo, vê sua autonomia local reduzir-se (17). A descentralização republicana, inicialmente por iniciativa que não parte de regiões menos desenvolvidas, pode parecer artificialidade de bacharéis, como se o aparelhamento estatal se antecipasse historicamente às exigências da região, instalando-se tão perto. Ocorre que há um dado de relevância. Mesmo sem a presença de grupos de interesse autônomos e articulados, em tal contexto busca-se o poder político não para fazer prevalecer esta ou aquela política, pensada de modo racional: é a posse de um patrimônio, o controle direto de uma fonte alternativa de riqueza, o carreamento de recursos da região para a localidade é o que importa. É, ao mesmo tempo, presente envenenado, embora tão disputado. Ao se alocar o recurso, seu emprego estará sob a mira de onde procede. É desta forma que se opera eficazmente. Brasil afora, a expropriação do poder privatizado, embora, de imediato, esta forma de desprivatização do poder tenha seu custo calculado por nós nos traços patrimonialísticos dos núcleos estatais assim formados.

Simon Schwartzman (18) reproduz o que acabamos de dizer de forma precisa:

“Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar seus negócios; para quase todos os outros, a política era seu negócio”.

Conclusão

A leitura que se faz destas articulações, sugerindo na 1ª República movimento centrífugo em âmbito regional, deve completar-se a partir da ótica centrípeta, fornecida pelo centro. A união existe e não é resultado de soma mecânica de poderes regionais, na oportuna advertência de *Antônio Octávio Cintra* (19) em seu exuberante ensaio. A rigor, ocorre um processo que dá ao núcleo central do Estado maior concretude. Este sistema central de poder não pode ser subdimensionado antes de 1930, na medida em que cabe a ele não apenas a função de guardião de fronteiras e de portador de soberania de modo genérico, o que ele faz bem, como ainda cabe a ele a função de emissão da política de valorização do café e de mediação de desenvolvimento nacional, em sua pluralidade, com o sistema capitalista internacional. Veja-se, por exemplo, a necessidade de seu aval para que os empréstimos externos cheguem a São Paulo. É uma formalidade, mas ela conta. Conseqüentemente, afirmamos: com a República, desde a 1ª República, com desdobramentos mais significativos após '30, é bem verdade, o processo de institucionalização política das relações ganha corpo, como não ocorrera em proporção igual no Império, por razões obviadas no raciocínio anterior, acreditamos.

A regionalização do aparelho visou, com oportunidade histórica e não com artificialismo, sua redefinição frente a situações diversas e à necessidade de maior proximidade dos mecanismos de controle público da população, na proporção em que alguns de seus segmentos ganhavam capacidade de agregar interesses específicos e, de romper laços extra-econômicos de fidelidade com grandes proprietários da terra.

Este tipo de descentralização traz, no entanto, em seu bojo, a necessidade de sua superação. A Federação, com efeito, nasceu com importante papel no processo de *building state*. É momento importante de consolidação do Estado Nacional. Mas seu tempo parece se esgotar a olhos vistos. '30 é indicativo disto e '64 desdobramento vigoroso. O binômio centralização *versus* regionalismo continua sendo, entretanto o grande tema, em torno do qual gira o debate nacional, não obrigatoriamente de forma maniqueísta, como ocorreu na *Constituinte de 1933* (20): defensores da federação reconheciam a necessidade do intervencionismo do estado moderno. A centralização era apresentada como capaz de se dar conta das diversidades regionais, que impunham certo grau de autonomia.

A resolução atual da incompatibilidade entre o princípio de mercado ou da descentralização e o princípio estatal ou de controle centralizado da vida nacional, ainda pode sujeitar-se a arranjos institucionais. À mais longa distância, a forma institucional, que o princípio estatal é chamado a assumir, pela sua abrangência, deverá colocar limites severos, severíssimos a tal tipo de solução. Alternativa para a macro-política estatal chega a ser levantada, a partir da prática embrionária da micro-política local, de quantidade e qualidade distintas com a formação de associações de variados tipos, que podem transformar-se em *núcleos de contra-estado*, caso não se deixem cooptar, "sedentarizar", institucionalizar. Esta orientação em profundidade,

ao antepor-se à orientação pelo alto, vale como tentativa de fuga ao mimetismo das cópias, numeradas pelo Registro Geral. Enquanto utopia, mais do que projeto, é contraste, que obriga a pensar.

Enfim, ao alongarmos a vista por estes brasis, começamos a desvelar, no longo percurso, o segredo da transição do passado, ainda não totalmente superado, ao presente, que coloca, frente a frente, dois gigantes: o Capital e o Estado. Diante de ambos, a Sociedade cindida oscila, opta e, minoritariamente, resiste. Ambos cooptam. Por ambos, em graus distintos, mas de modo progressivo, as localidades mais distantes são marcadas a ferro e fogo.

NOTAS

- (1) CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Para uma Explicação de Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
- (2) W.W. Rostow é citação obrigatória neste tópico. Julgamos, no entanto, sugestivo o trabalho comparativo, com indicadores estatísticos das economias japonesa e brasileira, de OKITA, Saburo. "Comparação de Duas Economias em Crescente Aceleração: Brasil e Japão". In: *Painéis Internacionais Sobre Desenvolvimento Socio-Econômico*. RJ, APEC/BNDE, 1974. págs. 275-285.
- (3) JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: Crise e Alternativas*. RJ, Zahar, 1974, 1974. p. 136.
- (4) MOUSSA, Pierre. *As Nações Proletárias*. Lisboa, Moraes Editora, 1966.
- (5) GALVÃO, Luís Alfredo. "Estatismo e Marxismo". *Folha de São Paulo* (Folhetim). 05.02.84. págs. 8-9.
- (6) GALVÃO, Luís Alfredo. *Capital ou Estado?*. SP, Cortez, 1984.
- (7) LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. SP, Alfa-Omega, 1975.
- (8) CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. RJ, Paz e Terra, 1975.
- (9) FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. RJ, PA, SP, Ed. Globo, 1958. pág. 124.
- (10) CINTRA, Antônio Octávio. "A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das Relações entre o Centro e a Periferia". *Cadernos do DCP*, BH, 1: 61. 1974.
- (11) VIANNA, F J. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. SP, CEN, 1938.
- (12) DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. (Contribuição à Sociologia Política Brasileira)*. 2ª ed., SP, CEN, 1966. pág. 48.
- (13) VISCONDE DO URUGUAY. *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*. RJ, Typographia Nacional, 1865, págs. VIII-X.
- (14) Idem, *Ibidem*. págs. XII e XVII.

- (15) PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil-Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. 2ª ed., SP, IBRASA, 1981. pág. 149.
- (16) MORAES, João Quartim. "Alfred Stepan e o Mito do Poder Moderador". *Filosofia Política*. P.A., L&PM 2:194-195, 1985. Acompanhamos o autor em sua crítica a *Stepan*. Discordamos de sua referência ao Poder Moderador no Império como mito.
- (17) MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do Novo Século. Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado*. SP, Duas Cidades, 1974. pág. 25.
- (18) SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. SP, DIFEL, 1975. pág. 123.
- (19) op.c.
- (20) GOMES, Ângela Maria de Castro, org. *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. RJ, Nova Fronteira, 1980. pág. 33.